

COMISSÃO DE CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 6.515, DE 2019

Confere ao Município de Bento Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional da Indústria Moveleira.

Autor: Deputado JERÔNIMO GOERGEN

Relator: Deputado MERSINHO LUCENA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 6.515, de 2019, de autoria do Deputado Jerônimo Goergen, pretende conferir ao Município de Bento Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional da Indústria Moveleira.

A tramitação dá-se conforme o art. 24, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), sendo conclusiva a apreciação do mérito pela Comissão de Cultura (CCult). Cabe, ainda, à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) examinar a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa, nos termos do art. 54, do RICD.

Transcorrido o prazo regimental em 27/04/2023, a proposição não recebeu emendas no âmbito desta Comissão.

É o relatório.



II - VOTO DO RELATOR

A proposição em análise tem o intuito de conferir ao Município de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional da Indústria Moveleira. Indubitavelmente, a cidade gaúcha é um relevante polo nacional do segmento de móveis do país.

Porém, a Lei nº 14.728, de 23 de novembro de 2023, já conferiu o mesmo título ao Município de Arapongas, no Estado do Paraná, prejudicando, portanto, a iniciativa prevista neste Projeto de Lei.

Nesse contexto, entendemos que a duplicidade de títulos para a mesma categoria pode gerar ambiguidade e diluir a importância do reconhecimento concedido. A concessão de um título tão significativo deve ser única e bem fundamentada, evitando assim a dispersão do valor simbólico e econômico que ele representa.

Dessa forma, ao já ter sido concedido o título de Capital Nacional da Indústria Moveleira a Arapongas, a eventual aprovação deste projeto de lei para Bento Gonçalves não apenas contraria a legislação existente, mas também compromete a unicidade e o prestígio que tal distinção deve representar.

Pelos motivos expostos, somos pela rejeição do Projeto de Lei nº 6.515, de 2019.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado MERSINHO LUCENA
Relator

2024-8140

